

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

## PROVA OBJETIVA

### CONHECIMENTOS BÁSICOS

Uma convicção pode ser a mais perversa das prisões. Quando o que sei não pode ser questionado, escuto apenas aquilo que confirma o que acredito. O que é diferente recuso. Quando acredito que tenho toda a razão e o outro, nenhuma, não existe diálogo. Preso às minhas convicções, reduzo a possibilidade de pensar. Não há como aprender sem estar disposto a mudar de ideia, e para mudar de ideia é preciso aceitar que minha convicção pode estar errada.

Polarização é quando duas convicções opostas ocupam todos os espaços do debate político. Quando não há adversário, mas inimigo. As alternativas, aquelas posições que não se encaixam em nenhum dos dois lados, são postergadas ou negadas. O debate se faz impossível. É como se as mensagens transitassem por canais paralelos ou fossem ditas em línguas diferentes. Pior: a língua é a mesma, as palavras são iguais – mas significam coisas diferentes, dependendo de quem diz.

Paramos de escutar, não interessam os argumentos. Deixa de importar o que é dito, importa quem disse: se foi alguém que é da minha posição, vou defender sem questionar. Mas, se for do outro lado, nego e rebato. Trocam-se palavras de ordem e memes, há menosprezo pelo argumento. Quem não está alinhado com uma das duas posições dominantes não tem voz: o que disser será entendido como apoio ou crítica a um dos dois polos. As ideias se impõem por relação de força – não a força da razão, mas a razão da força. Quem grita mais leva. As posições são sempre muito delimitadas, não existem nuances. É a morte das ideias, o fim da inteligência.

O bom senso é a coisa mais bem distribuída do mundo: nunca ninguém reclama de ter recebido pouco, disse o filósofo francês René Descartes no início de seu **Discurso do método**. Com as ideologias ocorre algo semelhante: nunca ninguém se queixa de ter o juízo distorcido pela própria ideologia. O viés ideológico só afeta os outros. Jamais nos questionamos: será que eu também não estou vendo a realidade? E se o que para mim é tão óbvio for produto de uma ideologia que não me permite ver diferente? É tão claro e tão evidente que não há espaço para dúvidas – e isso é muito perigoso.

BRUZZONI, Andrés. **Ciberpopulismo: política e democracia no mundo digital**. São Paulo: Editora Contexto, 2021, p. 9-11 (com adaptações).

Acerca das ideias do texto e das suas propriedades linguísticas, julgue os itens a seguir.

- 1 De acordo com o texto, no debate político, a polarização tem como consequência a produção de convicções opostas que ocupam esse debate e postergam ou negam posições que não se encaixam em nenhum dos lados.
- 2 Segundo o texto, a morte das ideias acontece quando os argumentos não são ouvidos e deixam de ser importantes, sendo substituídos pela força, pelo grito.
- 3 O autor caracteriza a convicção como uma prisão porque uma pessoa que acredita ter toda a razão desconhece o diálogo, reduz a possibilidade de pensar e se mostra sem condições de aprender.
- 4 Consoante as ideias do texto, o problema da ideologia é que ela cria uma realidade clara e evidente sobre a qual inexistente qualquer dúvida, havendo apenas a certeza de que o viés ideológico afeta somente os outros.
- 5 O texto é construído com base nas tipologias informativa e argumentativa.

Em relação aos aspectos gramaticais do texto, julgue os itens seguintes.

- 6 No período “Quando acredito que tenho toda a razão e o outro, nenhuma, não existe diálogo”, o emprego de cada uma das vírgulas é justificado por uma regra específica.
- 7 No segundo parágrafo do texto, o presente do indicativo é empregado na descrição de propriedades abstratas e na narrativa de fatos que se estendem aos dias atuais.
- 8 Na oração “Trocamos palavras de ordem e memes”, a substituição de “Trocamos” por **Troca-se** é gramaticalmente correta, sendo motivada pela indeterminação do sujeito da oração.
- 9 O pronome “isso”, em “e isso é muito perigoso”, atua como um elemento de coesão referencial, uma vez que resume todo o conteúdo do parágrafo.

Em relação ao Distrito Federal e considerando os aspectos socioeconômicos, demográficos, histórico-culturais e geográfico-ambientais, julgue os itens a seguir.

- 10** O Distrito Federal apresenta o maior produto interno bruto (PIB) *per capita* do Brasil – mais do que o dobro da média nacional –, porém convive com intensa desigualdade interna, possuindo um dos maiores índices de Gini entre as unidades federativas.
- 11** Entre 2010 e 2022, a maioria dos municípios do entorno do DF (RIDE-DF) cresceu demograficamente em ritmo superior ao do próprio Distrito Federal.
- 12** O Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, criado em 1960, no ano de inauguração da capital federal, consolidou-se como um marco cultural da capital federal – é o festival de cinema mais antigo do País e simboliza a relevância de Brasília no cenário audiovisual nacional, com a sua premiação Troféu Candango.
- 13** O pico do Roncador é o ponto mais alto localizado dentro dos limites do Distrito Federal, situando-se na região administrativa de São Sebastião.

---

Em relação à legislação nacional e distrital que trata da educação, julgue os itens a seguir.

- 14** Considerando o aumento das importações para a China, o Distrito Federal estabeleceu como requisito obrigatório, em sua Lei Orgânica, o mandarim como disciplina obrigatória em todas as etapas da educação básica.
- 15** Prezando pela neutralidade do ensino, o calendário escolar não deverá incorporar a temática da igualdade de condições sociais e direitos entre homens e mulheres de forma transversal no currículo escolar e no Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares.
- 16** Suponha-se que uma pedagoga do Distrito Federal tenha decidido reunir vários professores para estabelecer que, a cada ano, seja realizada uma atividade avaliativa integrando, no mínimo, três disciplinas, abordando temas do currículo ensinado. Nesse caso, é correto afirmar que, ao adotar esse formato, a pedagoga adequou-se às novas metodologias que devem ser empregadas na educação brasileira.

- 17** Um professor deseja dar aula na educação pública do Distrito Federal para o ensino médio. Ele possui um curso de pedagogia e cursos de extensão em matemática. Nesse caso, é correto afirmar que ele está totalmente habilitado a trabalhar no ensino médio, sendo considerado profissional de educação.
- 18** Suponha-se que um professor de matemática do ensino fundamental do Distrito Federal tenha ensinado aos seus alunos que a sua disciplina tem como objetivo fornecer formatos para que eles possam resolver as questões. Para ele, não importava qual método o aluno utilizaria para chegar ao resultado, desde que demonstrasse, por raciocínio lógico, os motivos que tornassem verdadeira a afirmação. Nesse caso, é correto afirmar que o entendimento do professor está em consonância com as competências de matemática para o ensino fundamental.

---

Em relação aos conselhos tutelares, julgue o item seguinte.

- 19** Suponha-se que um homem e uma mulher, sendo casados, desejassem atuar como conselheiros tutelares na mesma região administrativa do Distrito Federal. Nesse caso, é correto afirmar que, por vedação legal, ambos não poderão exercer o cargo na mesma unidade.

---

Em relação ao Regime Disciplinar do Servidor Público do Distrito Federal e às Políticas Públicas Distritais, julgue os itens a seguir.

- 20** Suponha-se que uma mulher esteja desempregada desde 2019 e, sem perspectiva de melhorar na carreira, estivesse enfrentando dificuldades para se reinserir no mercado de trabalho. No entanto, uma amiga informou a ela que o Distrito Federal estabeleceu metas de políticas públicas voltadas à redução da taxa de desemprego entre mulheres na região. Nesse caso, é correto afirmar que a informação fornecida pela amiga apresenta fundamento.
- 21** Suponha-se que uma servidora do Distrito Federal tenha sido convocada por sua gestão a participar de um treinamento sobre assédio moral no ambiente de trabalho. No entanto, a servidora argumentou que foi aprovada em concurso público para exercer as suas atividades em pedagogia, e não para participar de treinamentos. Diante disso, a gestora alertou que a recusa poderia acarretar sanções disciplinares. Nesse caso, é correto afirmar que a gestora agiu de maneira adequada.

Uma escola do campo X, localizada no Distrito Federal, caracteriza-se por atender a diferentes modalidades e demandas educativas da comunidade local. Durante os turnos da manhã e da tarde, a instituição organiza turmas multisseriadas do ensino fundamental, contemplando estudantes de diferentes anos em uma mesma sala. No período noturno, oferta a educação de jovens e adultos (EJA), atendendo majoritariamente agricultores familiares que conciliam o estudo com o trabalho no campo. Nesse momento, encontra-se em processo de implementação de um projeto de tempo ampliado, voltado à educação integral, que busca fortalecer aprendizagens e expandir oportunidades formativas. Além disso, recentemente, a comunidade denunciou contaminação do rio local. O conselho escolar propôs um projeto interdisciplinar (“Água, trabalho e vida no campo”), integrando ciências, geografia, língua portuguesa e matemática; que incluiria educação ambiental transversal, uso crítico de TICs (quando disponíveis) e avaliação processual. Parte do corpo docente resiste: defende manter provas padronizadas; calendário urbano; e proibir o uso pedagógico de celulares. Na EJA, alguns sugerem aplicar o mesmo plano das turmas diurnas. Um dos desafios recorrentes enfrentados pela escola é a conectividade intermitente, o que limita o uso contínuo de recursos digitais nas práticas pedagógicas. Nesse momento, o PPP está em revisão.

Com base nessa situação hipotética e considerando-se as políticas públicas vigentes como referência, julgue os itens a seguir.

- 22** Suponha-se que, na escola do campo X, a defesa de provas padronizadas como instrumento exclusivo de avaliação contraria o princípio da contextualização curricular (LDB, art. 28) e o da gestão democrática (CF/1988, art. 206, VI), ao mesmo tempo em que reforça a lógica de responsabilização prevista em algumas políticas de avaliação em larga escala (como a Prova Brasil). Nesse sentido, é correto afirmar que tal prática, embora inadequada ao contexto da escola do campo, encontrará respaldo parcial em políticas de monitoramento de qualidade da educação básica.
- 23** A adoção de um projeto interdisciplinar que se baseia em educação ambiental e integração de áreas do conhecimento está em consonância com a BNCC (2017), que prevê temas transversais e com o PNE, que trata da melhoria da qualidade da educação. Entretanto, se o projeto não considerar a especificidade do currículo da EJA e das turmas multisseriadas, ele incorre em contradição com as Diretrizes para a Educação Básica: escolas do campo e EJA.
- 24** Suponha-se que a intermitência da conectividade digital da escola do campo X pode justificar a limitação do uso de TICs no processo pedagógico, desde que alternativas analógicas sejam previstas. Nesse caso, é correto afirmar que, ao proibir pedagogicamente o uso de celulares, a escola descumpre tanto a Política Nacional de Educação Digital quanto as orientações do Plano Nacional de Educação (Meta 5, quando relaciona alfabetização e letramento digital), pois deixará de explorar a tecnologia como recurso pedagógico inclusivo.

- 25** A prática docente de adotar exclusivamente provas padronizadas, rejeitando metodologias interdisciplinares e o uso pedagógico de tecnologias, aproxima-se mais da tendência tradicional do que da tecnicista, já que priorizará a centralidade do professor como transmissor de conteúdos e a memorização como forma de aprendizagem.
- 26** O modelo de avaliação processual proposto pelo projeto interdisciplinar contrapõe-se ao modelo de responsabilização individualizado presente nas avaliações externas. Porém, ao incorporar registros sistemáticos e autoavaliação, aproxima-se das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) e da concepção formativa defendida pelo PNE (Estratégia 7.3). Logo, a coexistência entre avaliação formativa interna e exames externos de larga escala caracterizará um cenário de complementaridade coerente com as políticas públicas atuais.
- 27** Na revisão do PPP, caso a escola considere apenas diretrizes nacionais (BNCC, PNE e LDB), sem dialogar com legislações específicas como as Diretrizes da Educação do Campo e da Educação Especial, o documento resultante será juridicamente válido, mas pedagogicamente frágil, pois ignorará normativas específicas de modalidades atendidas.
- 28** Aplicar o mesmo planejamento das turmas regulares diurnas para a EJA pode ser interpretado como garantia de equidade, já que assegura aos jovens e aos adultos o mesmo currículo. Contudo, isso fere o princípio da equidade na diferença previsto nas Diretrizes Curriculares da EJA, que recomendam metodologias diferenciadas. Essa contradição refletirá uma tensão entre a busca de igualdade formal e a necessidade de reconhecer desigualdades históricas.
- 29** O protagonismo do conselho escolar ao propor um projeto interdisciplinar é expressão da gestão democrática (CF/1988, art. 206, VI; LDB, art. 14). Entretanto, se a decisão não for homologada coletivamente no PPP, ela poderá carecer de legitimidade institucional, revelando que a gestão democrática exige tanto participação ampla quanto formalização nas instâncias oficiais da escola.
- 30** Suponha-se que o projeto de tempo ampliado da escola do campo X pode ser considerado uma ação de educação integral em consonância com a Meta 6 do PNE. Nesse caso, é correto afirmar que, se o projeto for implantado sem integração curricular, limitando-se ao aumento de tempo em sala, estará descolado da concepção de integralidade defendida pelas Diretrizes Curriculares da Educação Integral, que entendem a integralidade como articulação entre escola, comunidade e território.

## CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

No início do ano, uma escola pública de ensino fundamental recebeu três novos alunos:

- uma aluna com baixa visão, que necessita de materiais em Braille e fonte ampliada;
- um aluno com deficiência intelectual leve, que precisa de adaptações curriculares individualizadas; e
- uma aluna com transtorno do espectro autista (TEA), cuja família solicitou acompanhamento especializado em sala comum.

Parte da equipe docente acredita que não há obrigação legal de oferecer tais recursos, já que a escola não dispõe nem de estrutura nem de profissionais específicos.

Com base nessa situação hipotética e na legislação vigente – Declaração de Salamanca, Política Nacional de Educação Especial/2008, Resolução CNE/CEB nº 4/2009, Lei nº 12.764/2012 e Lei nº 13.146/2015 –, julgue os itens seguintes.

- 31** Suponha-se que essa escola tenha decidido priorizar a oferta de alguns materiais acessíveis à aluna com baixa visão, enquanto outros seriam mantidos no formato padrão devido à alta complexidade da adaptação. Nesse caso, é correto afirmar que essa decisão estará alinhada à Declaração de Salamanca, que defende a criação de sistemas educacionais planejados para proporcionar uma relação custo-qualidade e respeitar as condições estruturais das instituições na promoção da inclusão.
- 32** No caso do aluno com deficiência intelectual leve, é correto afirmar que a Política Nacional de 2008 orientará que a escola comum deva assegurar a sua permanência em sala regular, com adaptações curriculares, ainda que a instituição não disponha de todos os recursos humanos no momento da matrícula.
- 33** O atendimento educacional especializado (AEE) passará a substituir a escolarização comum do aluno com deficiência intelectual, desde que seja apresentado o laudo médico que comprove a sua deficiência.
- 34** A Lei Berenice Piana (2012) garantirá à aluna, na condição de pessoa com TEA, o direito a um acompanhante especializado em sala de aula, cujos custos devem ser integralmente assumidos pelo Poder Público nos casos em que a família da aluna se encontre em condição de vulnerabilidade socioeconômica, desde que haja disponibilidade orçamentária para o atendimento.
- 35** O fornecimento de materiais em Braille e fonte ampliada para a aluna com baixa visão é um dever da escola, devendo ser consideradas a acessibilidade comunicacional e a pedagógica como condições indispensáveis à inclusão escolar.

---

Um professor de história, em uma turma do ensino médio, observou que uma aluna surda ainda não acompanhava integralmente as atividades de leitura de textos históricos. Buscou apoio da equipe pedagógica e constatou que a escola havia se inscrito recentemente em um programa de formação docente para inclusão, porém ainda não formalizara estratégias no PPP. Diante disso, surgem dúvidas sobre quais normativas devem orientar a atuação da escola.

Com base nessa situação hipotética e na legislação vigente – Parecer CNE/CP nº 50/2023 e Resolução CEDF nº 3/2023) –, julgue os itens a seguir.

- 36** A ausência de estratégias formais no PPP isenta a escola de garantir, de forma imediata, recursos de acessibilidade, já que o Parecer CNE/CP nº 50/2023 admitirá que a inclusão dependa exclusivamente da adesão prévia a programas de formação docente.
- 37** A Resolução CEDF nº 3/2023 estabelecerá que a acessibilidade comunicacional – incluindo a presença de intérprete de Libras, os recursos visuais e os materiais adaptados – é dever da escola pública do DF, devendo constar no PPP e ser efetivada no cotidiano pedagógico.

Um centro de ensino em Taguatinga (DF) atende a 620 estudantes do ensino fundamental e médio, sendo 28 pertencentes ao público-alvo da educação especial. A escola iniciou a implementação do Caderno de Orientações Pedagógicas 2025; contudo parte do corpo docente ainda centra a avaliação em provas escritas e notas quantitativas, em desacordo com princípios da avaliação formativa. Em reunião pedagógica, a coordenação destacou o Currículo em Movimento – Educação Especial como referência orientadora do processo pedagógico e apresentou as orientações pedagógicas da educação especial como documento orientador complementar. Alguns docentes manifestaram receio de que o uso de *softwares* de leitura e de recursos de comunicação alternativa pudessem comprometer a autonomia de estudantes com deficiência visual e deficiência múltipla. A equipe também debateu se o atendimento educacional especializado (AEE) deveria ocorrer apenas em horários distintos (turno inverso), de forma paralela ao ensino regular, ou se precisaria manter articulação pedagógica constante com a sala comum.

Com base nessa situação hipotética e nos documentos orientadores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) para a educação especial, julgue os itens a seguir.

- 38** Ao orientar que o AEE seja planejado em articulação com o ensino regular, o Currículo em Movimento da Educação Especial reafirmará o paradigma inclusivo: o atendimento especializado não substitui conteúdos, mas fornece meios pedagógicos, recursos e estratégias acessíveis, em consonância com a Política Nacional de Educação Especial (2008) e com os princípios da equidade previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC – 2017).
- 39** A coexistência do currículo em movimento da educação especial e da Orientação Pedagógica da Educação Especial não configura sobreposição normativa, pois ambos são referenciais oficiais da SEEDF que se complementam: o primeiro no plano curricular e o segundo no plano operacional.
- 40** A compreensão do AEE como atividade paralela e substitutiva ao ensino regular, defendida por alguns docentes, vai ao encontro da proposta estipulada pelo currículo em movimento da educação especial e pela Orientação Pedagógica Da Educação Especial, assegurando o direito à escolarização em classes regulares.
- 41** A interpretação de que a Orientação Pedagógica da Educação Especial não possui caráter vinculante, restringindo-se a função meramente consultiva, ignora que esse documento, enquanto diretriz normativa distrital, vincula as práticas escolares à política inclusiva, em conformidade com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

- 42** A alegação de que *softwares* de leitura e comunicação alternativa podem produzir dependência tecnológica reflete as preocupações abordadas no Caderno de Orientação Pedagógica da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva 2025, ao considerar que o uso excessivo dessas tecnologias pode substituir estratégias pedagógicas tradicionais, impactando negativamente o processo de ensino-aprendizagem.
- 43** A leitura correta do caderno de orientação pedagógica 2025 implica reconhecer que a tecnologia assistiva não é opcional ou acessória, mas instrumento de acessibilidade pedagógica obrigatória, fundamentado na perspectiva inclusiva da SEEDF e nas normas federais de acessibilidade digital, de modo que sua recusa configura barreira atitudinal e pedagógica.

Em uma escola localizada no Distrito Federal, diversos desafios relacionados à inclusão educacional, e detalhados a seguir, foram identificados.

- Uma aluna com deficiência visual ainda não recebeu os recursos de tecnologia assistiva previstos no PPP.
- Um aluno com deficiência intelectual leve apresenta dificuldades de aprendizagem nos conteúdos de matemática, mas sua professora não sabe como adequar o currículo sem comprometer os objetivos da turma.
- Um aluno com dislexia continua sendo avaliado de forma padronizada, sem adaptações, acumulando reprovações.

Durante uma reunião pedagógica, a equipe gestora afirmou que o AEE poderia substituir parte do currículo regular do aluno com deficiência intelectual leve, e orientou o professor da sala comum a aguardar instruções externas antes de realizar quaisquer adaptações. Alguns docentes questionaram se o uso de leitores de tela e materiais em Braille para a aluna com deficiência visual configuraria um privilégio em detrimento dos demais estudantes.

Com base nessa situação hipotética e nas políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 44** A afirmação da gestão de que o AEE pode substituir parte do currículo comum do aluno com deficiência intelectual leve encontra respaldo nas políticas nacionais até os anos 1990, quando predominava a escolarização em instituições e classes especiais, mas contrariará a perspectiva inclusiva consolidada a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e reforçada nos documentos da SEEDF.
- 45** Ao afirmar que o AEE pode substituir parte do currículo do aluno com deficiência intelectual leve, a equipe gestora demonstrou alinhamento com as práticas pedagógicas inclusivas, que preveem adaptações curriculares voltadas às necessidades específicas dos estudantes, desde que orientadas e aprovadas por profissionais especializados.

- 46** O questionamento de alguns docentes a respeito do uso de Braille e leitores de tela como privilégios para a aluna com deficiência visual expressa uma visão equivocada, pois as tecnologias assistivas são instrumentos de acessibilidade amplamente reconhecidos como condição para garantir a igualdade de oportunidades na educação.
- 47** A situação do aluno diagnosticado com dislexia, mas avaliado exclusivamente por provas padronizadas, pode ser tratada da mesma forma que as dificuldades de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual leve, uma vez que ambas se configuram como problemas de defasagem pedagógica, e não como transtornos específicos, não exigindo adaptações distintas.
- 48** A alegação de que o professor deverá esperar por orientações externas para adequar o currículo do aluno com deficiência intelectual leve ignora a função atribuída pela LDB (art. 13) e pelos documentos da SEEDF, que estabelecem como dever docente formular, aplicar, revisar e avaliar adequações curriculares em diálogo com o AEE, sem delegar tal função a instâncias externas.

---

Em uma escola localizada no Distrito Federal, denúncias de estudantes com deficiência física revelam exclusão de atividades esportivas e comentários depreciativos de colegas, caracterizando práticas capacitistas. A coordenação pedagógica convocou uma reunião para estudo de caso envolvendo um aluno com TEA, mas afirmou que apenas laudos médicos devem fundamentar as estratégias de ensino. Além disso, professores divergiram acerca do papel do AEE: alguns acreditam que o especialista deveria assumir toda a responsabilidade pela adequação curricular, liberando o professor da sala comum dessa função.

Com base nessa situação hipotética e nas políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 49** Ao afirmar que apenas laudos médicos devem fundamentar as estratégias pedagógicas para o aluno com TEA, a coordenação pedagógica estará em consonância com a LDB (art. 59), que condiciona a adequação do ensino a diagnósticos clínicos específicos e garante segurança jurídica ao processo.
- 50** A divergência entre os professores quanto ao papel do AEE evidencia equívoco: segundo a Orientação Pedagógica da Educação Especial da SEEDF, caberá ao professor especializado elaborar a adequação curricular do estudante, enquanto o docente da sala comum executa o plano em sala.

- 51** A decisão de restringir a participação de estudantes com deficiência física das atividades esportivas pode ser substituída por tarefas de registro em planilhas acerca das modalidades, como anotar regras, pontuações e estatísticas de jogos, sem vivenciar a prática motora. Essa medida será considerada pedagogicamente adequada, pois garante que os alunos participem da disciplina.
- 52** Os comentários depreciativos contra os estudantes com deficiência física configuram práticas capacitistas, que deverão ser enfrentadas com ações pedagógicas, de gestão e de conscientização da comunidade escolar, conforme orienta a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e os documentos da SEEDF.

---

Em uma escola técnica federal do Distrito Federal, turma do 2º ano do ensino médio, três estudantes apresentaram perfis que demandam atenção pedagógica diferenciada: um aluno com deficiência visual severa utilizava recurso de leitura em Braille e *softwares* de acessibilidade, mas a escola não possui versões digitais de todos os materiais didáticos, limitando a sua participação em laboratórios de física e química. Uma estudante com transtorno do espectro autista (TEA) apresentava dificuldade de adaptação a mudanças de rotina, sensibilidade auditiva elevada e tendência a fixar-se em temas específicos, o que interferia na participação em trabalhos coletivos e debates em sala de aula. E havia um aluno com altas habilidades/superdotação, que dominava conteúdos complexos rapidamente e demonstrava necessidade de desafios curriculares avançados. A ausência de atividades diferenciadas provocava desinteresse e impacto negativo na interação social com colegas.

Com base nessa situação hipotética e considerando as políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 53** O professor deve observar, registrar e analisar sistematicamente os padrões comportamentais, cognitivos e sensoriais da estudante com TEA, para planejar estratégias pedagógicas individualizadas que promovam participação efetiva, inclusão e aprendizagem significativa, mesmo que isso demande reorganização temporária de atividades coletivas.
- 54** Aplicar atividades em grupo de forma uniforme para os três alunos sem ajustes de ritmo, conteúdo ou suporte pedagógico individualizado é uma prática adequada, pois estratégias diferenciadas podem prejudicar a coesão da turma e gerar desigualdade entre estudantes.
- 55** Planejar atividades de enriquecimento e desafios adicionais para o aluno com altas habilidades/superdotação é obrigatório para garantir acesso pleno, engajamento, participação e aprendizagem significativa, respeitando as suas necessidades individuais e prevenindo desinteresse ou desmotivação.

Em uma escola do Distrito Federal, o Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) atendia a uma turma heterogênea de 2º segmento, composta de adultos com trajetórias educacionais e experiências de vida complexas: um aluno de 34 anos de idade, trabalhador noturno, analfabeto funcional, que dominava práticas manuais e conhecimentos comunitários, mas apresentava lacunas na leitura e na escrita formal; uma aluna de 42 anos de idade, mãe de três filhos, que possuía alfabetização funcional, mas apresentava baixa autoestima, dificuldade de participação em debates sobre cidadania e limitações na construção de argumentação crítica; e um aluno de 28 anos de idade, migrante, com domínio parcial da língua portuguesa, que apresentava competências numéricas aplicadas em seu trabalho informal, mas não conseguia transpor esses saberes para contextos escolares formais.

Com base nessa situação hipotética e considerando as políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 56** A construção do currículo para o aluno de 34 anos de idade deve, necessariamente, valorizar saberes prévios, experiências de vida e contexto sociocultural, de modo que as atividades de alfabetização e letramento sejam funcionalmente significativas, fomentando aprendizagem autônoma e inclusão integral.
- 57** A promoção da aprendizagem significativa da aluna de 42 anos de idade e do aluno de 28 anos de idade pode ser alcançada por meio de atividades individualizadas e isoladas, pois a EJA prioriza a instrução formal e padronizada como estratégia equitativa.
- 58** O planejamento de matemática e língua portuguesa, para o aluno de 28 anos de idade e para o aluno de 34 anos de idade, deve considerar contexto sociocultural, saberes prévios, funcionalidade e aplicabilidade na vida cotidiana, garantindo aprendizagem significativa, engajamento, protagonismo e inclusão, respeitando ritmos e trajetórias individuais.

Em um centro educacional, situado no Distrito Federal, a equipe pedagógica enfrenta impasses na organização das turmas da EJA. Entre os matriculados, há estudantes surdos usuários de Libras, jovens com TEA e adultos trabalhadores com histórico de evasão escolar. A direção defende que a alocação dos educandos em turmas regulares deve prevalecer sobre qualquer adequação específica, priorizando a logística da lotação. Parte dos docentes sustenta que as turmas inclusivas da EJA não necessitam de objetivos próprios, bastando replicar os das demais modalidades regulares.

Além disso, a estratégia de matrícula foi aplicada apenas pelo critério cronológico de inscrição, sem a avaliação das necessidades educacionais especiais, o que gerou concentração de estudantes com deficiência em uma única turma.

Com base nessa situação hipotética e considerando as políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 59** A Resolução CNE/CEB nº 4/2009 assegura que os objetivos pedagógicos das turmas da EJA devem considerar, sempre que possível, as necessidades específicas de cada estudante, inclusive daqueles com deficiência ou TEA, garantindo a flexibilização curricular e as estratégias de acessibilidade, como forma de promover a equidade e a participação plena no processo educativo.

**60** É juridicamente aceitável que a matrícula de estudantes com deficiência ou TEA siga exclusivamente a ordem cronológica de inscrição, ainda que isso resulte na segregação em turmas específicas, pois tal procedimento respeita a legalidade administrativa e garante transparência no processo.

**61** A organização das turmas da EJA, segundo os documentos norteadores da SEEDF, incluindo o Currículo em Movimento da Educação de Jovens e Adultos do DF, deve contemplar a diversidade etária, sociocultural e as necessidades específicas dos educandos com deficiência ou TEA, constituindo-se como medida de equidade pedagógica.

Duas unidades públicas – um centro de educação infantil (CEI), que atende a pré-escola (4 e 5 anos de idade), e uma escola classe, que atende os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) – enfrentam múltiplos desafios para adequar o currículo e as práticas pedagógicas às legislações distritais de inclusão e diversidade. Observam-se as seguintes situações:

- Durante a organização do currículo na escola classe, a coordenação percebeu que as aulas não contemplavam sistematicamente conteúdos acerca da Lei Maria da Penha.
- Um professor da escola classe relatou dificuldade em planejar atividades para o Dia de Combate à LGTBfobia, sem gerar constrangimentos ou preconceitos.
- O CEI recebeu recentemente crianças migrantes e refugiadas de 4 anos de idade, mas não havia procedimento formal de matrícula imediata.
- Estudantes indígenas matriculados na escola classe enfrentaram dificuldades de integração.
- O CEI não estava priorizando a recepção de crianças indígenas.

As direções das duas unidades solicitam que a equipe pedagógica elabore um plano de ação estratégico, garantindo o cumprimento das leis e das portarias vigentes.

Com base nessa situação hipotética e nas políticas públicas da SEEDF, julgue os itens a seguir.

- 62** A omissão de estratégias sistemáticas de ensino a respeito das noções básicas da Lei Maria da Penha no currículo da escola classe não configurará descumprimento legal, uma vez que essa lei apenas recomenda uma abordagem transversal, podendo ser abordada de forma eventual em atividades pontuais.
- 63** A promoção de atividades lúdicas e pedagógicas, com debates sobre respeito à diversidade sexual, no Dia de Combate à LGTBfobia, instituído pela Lei Distrital nº 4.374/2009, coaduna-se com a finalidade da data e com os princípios de educação inclusiva.
- 64** Conforme a Lei Distrital nº 7.395/2024, admite-se o diferimento da matrícula em CEI, mediante autorização prévia e específica da autoridade competente da SEEDF, para crianças migrantes, refugiadas e apátridas, durante a conferência documental, sem ofensa à norma; tal faculdade não alcança as creches públicas distritais.

- 65** A escola classe deve implementar estratégias pedagógicas específicas para estudantes indígenas, incluindo ensino intercultural e bilíngue, respeito às identidades étnicas e valorização das línguas e saberes tradicionais, conforme está definido na Portaria SEEDF nº 279/2018, garantindo acolhimento e permanência efetiva desses estudantes na rede pública.
- 66** Sendo o CEI uma instituição de educação infantil da rede pública, aplica-se a ele a prioridade de matrícula para crianças indígenas, a qual está prevista na Lei Distrital nº 5.816/2017; a reserva de vaga exigirá a apresentação do Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI), além dos demais documentos requeridos pela SEEDF. Igual previsão se estende às creches da rede pública do DF.

---

Uma estudante quilombola de uma turma do 5º ano de uma escola relata que os materiais didáticos utilizados não contemplam referências à história e cultura afro-brasileira e africana. Além disso, a turma não possui uma rotina estruturada de educação em direitos humanos, nem ações voltadas à equidade étnico-racial.

Com base nessa situação hipotética e nas políticas públicas relacionadas, julgue os itens a seguir.

- 67** A ausência de uma rotina estruturada de educação em direitos humanos na turma da estudante está em desacordo com a Resolução CNE/CP nº 1/2012, que determinará que essa temática deve ser tratada como uma disciplina autônoma nos currículos da educação básica.
- 68** Os materiais didáticos deverão incluir, a partir do 2º ano do ensino fundamental, conteúdos relativos à história e à cultura afro-brasileira e africana, em consonância com a Política Nacional de Implementação de Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- 69** A Política Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais (PNEERQ) prevê que a implementação de ações estruturadas para a promoção da equidade étnico-racial, ausentes na rotina da turma da estudante, poderá ser realizada de forma gradual. Dessa forma, a não existência imediata dessas ações não caracteriza um descumprimento direto da legislação, mas, sim, uma etapa natural do processo de adaptação da escola.
- 70** Diante do caso apresentado, a medida adequada e alinhada às políticas públicas será revisar o planejamento e os materiais didáticos para garantir, de forma transversal e contínua, a inclusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana, bem como instituir uma rotina estruturada de educação em direitos humanos com acompanhamento periódico. Assim, ações pontuais, como aulas isoladas ou datas comemorativas, são insuficientes para superar o problema identificado.



RASCUNHO

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**Cambio climático: ¿cómo está afectando a la Patagonia?**

El cambio climático está modificando los patrones meteorológicos en todo el planeta y la Patagonia argentina no es la excepción. Las sequías, las tormentas eléctricas y los incendios forestales se han vuelto cada vez más frecuentes y están transformando los paisajes y poniendo en riesgo a toda la biodiversidad patagónica. Un grupo de expertos han advertido que los árboles que crecen en estas zonas suelen hacerlo en condiciones frías y húmedas. En cambio, ahora deben hacerlo bajo sequías prolongadas e incendios recurrentes.

A medida que las sequías se intensifican en la Patagonia, algunos árboles comienzan a padecer el estrés hídrico. Estos bosques necesitan suelos húmedos para sobrevivir, pero la reducción de las lluvias, sumada a un aumento sostenido de la temperatura está debilitando a estas especies, volviéndolas mucho más vulnerables a padecer plagas y enfermedades.

Sin ir más lejos, durante la última «gran sequía» ocurrida en el año 1999, se produjo una pérdida masiva de árboles en la cuenca del lago Gutiérrez. Pero ahora, esta clase de eventos se está repitiendo con mayor frecuencia. ¿Las especies más afectadas? Las de crecimiento lento, que dependen de largos ciclos de esparcimiento de semillas para recuperarse tras un incendio.

Hasta hace poco, las tormentas eléctricas con rayos eran fenómenos muy raros en la cordillera patagónica. Hoy, en cambio, son una de las causas más frecuentes detrás de los incendios forestales. Los expertos consideran que la nueva cantidad de rayos está relacionada con el desplazamiento de masas de aire cálidas y húmedas desde el este, como resultado del calentamiento global.

Estos nuevos patrones meteorológicos no solo han modificado la periodicidad de las lluvias, sino que han aumentado la frecuencia en la que se producen fenómenos climáticos extremos. Además de iniciar incendios, los rayos pueden dañar directamente a los árboles, generando huecos en el dosel del bosque y facilitando la propagación del fuego.

Internet: <salvemoslosbosques.com> (con adaptaciones).

A partir de la lectura del texto anterior, juzgue los siguientes ítems.

**71** La construcción verbal que se encuentra en el enunciado «se han vuelto cada vez más frecuentes» (primer párrafo) indica que algo ha experimentado un cambio progresivo hasta alcanzar un estado de mayor frecuencia.

- 72** Los sustantivos «paisajes» y «árboles» (primer párrafo) son heterogénicos y heterosemánticos con relación al portugués.
- 73** En el enunciado «suelen hacerlo» (primer párrafo), es posible reemplazar el vocablo «suelen» por **acostumbran a**, sin comprometer semánticamente el enunciado.
- 74** En el enunciado «Un grupo de expertos han advertido» (en el primer párrafo), al reemplazar la forma verbal compuesta «han advertido» por **advertieran**, el permanece inalterado, puesto que ambos verbos pertenecen a tiempos del pretérito de indicativo.
- 75** En el enunciado ahora «ahora deben hacerlo» (primer párrafo) el pronombre clítico funciona como objeto directo en referencia a «El cambio climático» (inicio del primer párrafo).
- 76** En el enunciado «sequías prolongadas e incendios recurrentes» (final del primer párrafo), si alteramos el orden de los elementos, la propuesta quedaría **incendios recurrentes e sequías prolongadas**.
- 77** La disminución de la humedad, así como el aumento de las temperaturas en la Patagonia argentina contribuye al fortalecimiento de las especies vegetales, al facilitar su regeneración tras eventos ambientales extremos.
- 78** El pronombre átono que aparece en la forma verbal «volviéndolas» cumple la función de hacer referencia al adjetivo «vulnerables».
- 79** En el enunciado «mucho más vulnerables.» es posible eliminar el adverbio «más» sin que su supresión afecte a la necesidad de realizar ajustes morfosintácticos.
- 80** La expresión «sin ir más lejos» se utiliza para presentar un ejemplo concreto, relacionado con la idea que se está desarrollando, para ilustrar el fenómeno descrito.
- 81** En el enunciado «se está repitiendo» la colocación del pronombre átono puede alternarse con una variante enclítica sin que se produzcan alteraciones morfosintácticas.
- 82** Las especies que alcanzan su madurez de modo más pausado enfrentan mayores desafíos para restablecer su población, después de sufrir alteraciones ambientales, dado el ritmo lento de su ciclo de desarrollo.
- 83** En el enunciado «largos ciclos» es posible sustituir el adjetivo por **estrechos**, sin que ello provoque alteraciones semánticas.
- 84** En el enunciado «masas de aire cálidas y húmedas desde el **este**» el término destacado presenta polisemia y admite distintas funciones gramaticales; en este caso funciona como sustantivo.

- 85 En el enunciado «no solo han modificado la periodicidad de las lluvias, **sino que**» (último párrafo), la expresión marcada «sino que» permite enumerar múltiples consecuencias, aunque impide añadir información adicional relacionada con la primera afirmación.
- 86 La modificación en la parte alta de los árboles, debido a los impactos eléctricos, permite que el fuego se mueva con más rapidez.
- 87 Si partimos de la premisa de que los rayos pueden causar daño a los árboles (último párrafo), es posible concluir que los rayos pueden perjudicar a los árboles.

### Las escritoras en la literatura latinoamericana actual

Históricamente, la literatura latinoamericana ha sido un terreno donde la voz masculina predominaba. Durante siglos, las mujeres fueron excluidas del ámbito cultural y literario debido a los roles sociales tradicionalmente asignados. Se esperaba que ocuparan un espacio en el hogar, mientras que los hombres eran quienes participaban en la vida pública, lo que incluía el acceso a la educación, las artes, los viajes, las reuniones sociales y las aventuras de toda índole.

No obstante, a lo largo del tiempo surgieron pioneras que desafiaron estos roles. En el siglo XIX, escritoras como la cubana Gertrudis Gómez de Avellaneda y la mexicana Sor Juana Inés de la Cruz se atrevieron a escribir en tiempos en que la pluma era casi exclusivamente masculina. Durante el siglo XX, especialmente con el auge del boom latinoamericano, la narrativa latinoamericana se proyectó al mundo, pero nuevamente las voces masculinas fueron las más escuchadas. Parte de la invisibilidad de las mujeres escritoras en esta época también se debió a la falta de acceso al poder editorial y a los círculos literarios. En las últimas décadas, ha habido un cambio significativo con la aparición de escritoras que también han transformado las temáticas y los estilos predominantes. He aquí algunas de esas autoras:

Samanta Schweblin, reconocida por su estilo perturbador y minimalista, que aborda lo extraño y lo inquietante en lo cotidiano. Lina Meruane, con su novela Sangre en el ojo, que visita los temas de la enfermedad, el cuerpo y el trauma con una intensidad personal y política. A pesar de este crecimiento, las escritoras todavía enfrentan importantes retos y aunque cada vez tienen más visibilidad, la proporción de mujeres galardonadas sigue siendo menor en comparación con los hombres.

Internet <librotea.com> (con adaptaciones).

A partir de la lectura del texto anterior, juzgue los siguientes ítems.

- 88 Es posible reemplazar la locución «mientras que» por **siempre que** sin que modifique la comprensión semántica.
- 89 Al poner los sustantivos del enunciado «las artes y los viajes» en singular, el resultado correcto es «el arte y el viaje».

- 90 El conjunto de «las artes, los viajes y las aventuras de toda índole» ejemplifica actividades históricamente vinculadas a la esfera pública femenina.
- 91 La función del pronombre destacado en el enunciado «**Se** esperaba que ocuparan», tiene valor de pronombre reflexivo, indicando que esa acción ocurre sin agente y sin relación con el sujeto de la oración subordinada.
- 92 El uso figurado del término marcado en el fragmento «la **pluma** era casi exclusivamente masculina» funciona como símbolo de legitimidad literaria.
- 93 En el fragmento «acceso al poder» es posible detectar una contracción de una preposición y un artículo determinado femenino y singular.
- 94 Es posible inferir del texto que el incremento de número de voces femeninas en el ámbito literario radica en la ampliación temática presente en las autoras del siglo XXI.
- 95 «He aquí» es una locución que se utiliza, a guisa de conclusión, en la finalización de una idea previamente desarrollada.
- 96 En el enunciado «**lo** extraño y **lo** inquietante en **lo** cotidiano», los vocablos destacados cumplen, respectivamente, las funciones de pronombre átono, artículo neutro y artículo neutro.
- 97 El estilo de Samanta Schweblin se caracteriza por abordar temáticas familiares y cotidianas de manera sencilla, minimizando los efectos perturbadores que su lectura pueda ocasionarle al lector.
- 98 El aumento de la presencia femenina en el panorama literario latinoamericano actual desencadenó un aumento en las premiaciones femeninas, alcanzando así una equiparación entre ambos géneros.
- 99 Tanto Samanta Schweblin como Lina Meruane comparten un interés por explorar aspectos inquietantes de la experiencia humana, desde enfoques y estilos distintos.
- 100 Los vocablos «roles» (primer párrafo) y «retos» (último párrafo) funcionan como sustantivos abstractos y colectivos, reflejando fenómenos sociales e históricos que afectan a escritoras.
- 101 Es posible reemplazar la conjunción destacada en el enunciado «**aunque** cada vez tienen más visibilidad» por **pese a**, sin que ello provoque alteraciones morfosintácticas ni semánticas en el texto.

### Inteligencia Artificial en clases de ELE

El uso de IA en la enseñanza de ELE abarca una amplia gama de aplicaciones que permiten a los estudiantes practicar el idioma de manera interactiva y recibir retroalimentación inmediata. Además, la IA puede proporcionar a los docentes información valiosa para adaptar sus métodos de enseñanza a las necesidades de cada alumno.

A pesar de las numerosas ventajas, su integración en la enseñanza de ELE no está exenta de polémicas. Entre otras, la posible deshumanización del proceso educativo y la dependencia excesiva de la tecnología, que podría limitar el desarrollo de habilidades críticas y creativas en los estudiantes. Asimismo, la implementación efectiva de herramientas de IA requiere una inversión significativa en formación docente y recursos tecnológicos, lo que puede representar una barrera para algunas instituciones educativas.

A partir de entrevistas realizadas a profesores podemos recopilar distintas experiencias respecto al uso de la IA en la enseñanza de ELE. En primer lugar, encontramos una división de opiniones sobre la IA. Mientras algunos profesores son muy receptivos y consideran inevitable y beneficioso el uso de estas herramientas, otros se muestran reticentes, aunque es posible vislumbrar un consenso en que, si se utiliza de manera crítica y reflexiva, la IA puede ser muy valiosa en el aula, ya que para los profesores puede representar un ahorro significativo de tiempo. Gracias a la capacidad de estas herramientas para generar materiales didácticos y exámenes de manera eficiente, es posible que los docentes puedan reducir su lista de tareas administrativas rutinarias permitiéndoles dedicar más tiempo a aspectos creativos de la enseñanza. También destacan que la IA puede enriquecer el proceso de enseñanza al ofrecer una gran variedad de actividades y dinámicas en clase.

No obstante, con respecto a los estudiantes, la mayoría de docentes destaca que existe el riesgo de una dependencia excesiva que puede fomentar la pereza, así como la facilidad con la que se puede cometer fraude académico. En cuanto a los perjuicios para los profesores, estas herramientas pueden reducir la autenticidad de los materiales utilizados en clase. También mencionan la necesidad de una formación adecuada, ya que la falta de formación puede llevar a un uso ineficiente de la IA y a una dependencia que podría socavar la creatividad del docente.

Internet: <doi.org> (con adaptaciones).

A partir de la lectura del texto anterior, juzgue los siguientes ítems.

- 102 El uso de sistemas inteligentes en las clases de ELE les permite a los aprendices oportunidades de interacción con la lengua española y a los docentes ajustar sus estrategias según el desempeño de cada estudiante.
- 103 Las soluciones de la IA en la enseñanza de ELE les ofrecen a los estudiantes actividades interactivas y les permiten evaluar su desempeño.
- 104 La incorporación de herramientas inteligentes en la enseñanza de ELE elimina la necesidad de que los centros educativos inviertan en formación docente y en infraestructura tecnológica.
- 105 La integración de herramientas tecnológicas en ELE garantiza que el aprendiz desarrolle su creatividad de forma libre, ética y segura.
- 106 La sustitución del conector «No obstante» (inicio del último párrafo) por **Asimismo** le concedería al texto un registro más académico, sin provocar alteraciones semánticas.
- 107 El texto sugiere que la incorporación de herramientas inteligentes en ELE genera riesgos para el proceso educativo y plantea retos logísticos para algunas instituciones.
- 108 En el caso de continuar la locución «En primer lugar» lo correcto «En según lugar» y «En tercer lugar».
- 109 El estudio afirma que los riesgos de prácticas académicas indebidas se minimizan cuando los estudiantes reciben instrucciones claras sobre el uso de las herramientas de inteligencia artificial.
- 110 La implementación de herramientas de IA puede afectar la originalidad de los recursos utilizados en la enseñanza, generando un impacto sobre la autenticidad de los materiales de los docentes.
- 111 En el enunciado «lista de tareas administrativas», el sustantivo femenino singular representa un ejemplo de polisemia, ya que también puede designar, como adjetivo, la cualidad de alguien que actúa con astucia.
- 112 Es posible inferir que el estudio demuestra que, de acuerdo con la opinión de los docentes entrevistados, los puntos positivos y negativos del uso de la IA en clases son idénticos para docentes y aprendices.
- 113 La integración entre lenguaje verbal y no verbal carece de relevancia en el proceso de enseñanza-aprendizaje de ELE para estudiantes de enseñanza media en el Distrito Federal.
- 114 En los CILs, la evaluación formativa se entiende como un registro cuantitativo del rendimiento del estudiante en pruebas escritas, minimizando el uso de otros instrumentos o procesos.
- 115 La organización del trabajo didáctico y pedagógico en los CILs debe llevar en consideración la integración de diversas competencias, entre ellas, las competencias lingüísticas, interculturales y tecnológicas.
- 116 La competencia lectora en las clases de ELE para estudiantes de enseñanza básica debe estar desvinculada de la producción escrita, pues cada una se desarrolla como habilidad independiente sin relación entre sí.
- 117 Es posible afirmar que la enseñanza de español como lengua extranjera (ELE) ha sido utilizada, históricamente, como un instrumento decolonial desde una perspectiva simbólica.
- 118 La perspectiva decolonial en la enseñanza del español como lengua extranjera (ELE) busca principalmente reforzar las narrativas eurocéntricas.
- 119 La enseñanza decolonial de español como lengua extranjera (ELE) tiene como objetivo promover una visión crítica que integre diversidad cultural y cuestione las jerarquías coloniales establecidas.

---

Una profesora decide, en sus clases de ELE, incluir entre sus textos, obras literarias de Guinea Ecuatorial y de El Salvador, generalmente ausentes en los materiales didácticos de ELE.

A partir del caso hipotético anterior y de acuerdo con los conocimientos de lengua española y decolonialidad, juzgue el siguiente ítem.

- 120 Es posible inferir que la docente utiliza una práctica decolonial en sus clases de ELE.